



*Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí*

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021



JUNHO/2022

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução -----	--02
II. Relatório dos Auditores Independentes -----	03 a 06
III. Balanço Patrimonial -----	07 a 08
IV. Demonstração das Variações Patrimoniais -----	-09 a 10
V. Balanço Financeiro-----	11 a 12
VI. Balanço Orçamentário-----	13 a 14
VII. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-----	-15
VIII. Demonstração do Fluxo de Caixa-----	-16
IX. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis-----	17 a 33
X. Relatório Circunstanciado da Auditoria -----	34 a 50

Campinas/SP, 06 junho de 2022

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Estivemos nas dependências do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2021.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balanço Patrimonial;
Balanço Financeiro;
Balanço Orçamentário;
Demonstrações das Variações Patrimoniais;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração do Fluxo de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

Sócio Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, que compreendem o balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida, é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 06 de junho de 2022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em Reais)

ATIVO

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalente de Caixa	70.865	8.866
Créditos a Curto Prazo	74.387.395	56.448.052
Investimento e Aplicações Temporárias	2.075.002.328	1.964.061.560
Estoques	60.353	86.339
Total do Ativo Circulante	<u>2.149.520.941</u>	<u>2.020.604.817</u>
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	<u>278.821.142</u>	<u>319.965.138</u>
Créditos a Longo Prazo	278.821.142	319.965.138
Imobilizado	5.849.441	3.863.201
Total do Ativo Não Circulante	<u>284.670.582</u>	<u>323.828.339</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>2.434.191.524</u>	<u>2.344.433.155</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>		
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais	2.127.942	2.758.404
Fornecedores e Contas a Pagar	64.378	71.581
Provisões de Curto Prazo	7.569.400	7.994.800
Demais obrigações a Curto Prazo	327.226	255.051
<i>Total do Passivo Circulante</i>	<u>10.088.946</u>	<u>11.079.836</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Provisões a Longo Prazo	2.294.462.485	2.174.092.418
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>	<u>2.294.462.485</u>	<u>2.174.092.418</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Resultados Acumulados	129.640.093	159.260.901
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	<u>129.640.093</u>	<u>159.260.901</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.434.191.524</u>	<u>2.344.433.155</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 E 2020

(Em Reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31/12/2021	31/12/2020
Contribuições		
Contribuições Sociais	283.635.261	172.350.068
	283.635.261	172.350.068
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	8.324.161	4.402.689
Juros e Encargos de Mora	8.607.184	5.056.670
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	170.962.732	59.634.349
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	93.428.994	18.444.574
	281.323.070	87.538.282
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intragovernamentais	2.977.100	2.871.897
	2.977.100	2.871.897
Valorização e Ganhos com Ativos		
Reavaliação de Ativos	324.077.725	496.111.827
Ganhos com Incorporação de Ativos	251.012.687	235.352.797
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	28.663
	575.090.412	731.493.287
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	834.780.060	1.592.107.982
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	23.127.755	17.788.478
	857.907.815	1.609.896.460
RESULTADO PATRIMONIAL – AUMENTATIVAS	2.000.933.658	2.604.149.994

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 E 2020

(Em Reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Encargos		
Remuneração de Pessoal	14.757.100	6.077.993
Encargos Patronais	457.564	444.769
Benefícios a Pessoal	226.309	190.759
	15.440.973	6.713.520
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Aposentadorias e Reformas	263.016.046	245.721.192
Pensões	27.107.892	24.403.095
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	46.087	-
	290.170.024	270.124.286
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	53.426	20.890
Serviços	1.115.873	1.592.434
Depreciação, Amortização e Exaustão	53.901	17.675
	1.223.200	1.630.999
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	6.320.855	5.871.575
Juros e Encargos de Mora	-	176
	6.320.855	5.871.751
Desvalorização e Perdas de Ativos		
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	341.406.311	372.434.256
Perdas Involuntárias	7.531	-
Desincorporação de Ativos	429.077.221	192.879.294
	770.491.063	565.313.549
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Constituição de Provisões	946.764.156	607.131.152
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	144.196	92.541
	946.908.351	607.223.693
RESULTADO PATRIMONIAL – DIMINUTIVAS	2.030.554.466	1.456.877.799
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(29.620.808)	1.147.272.194

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

INGRESSOS

INGRESSOS	31/12/2021	31/12/2020
Receita Orçamentária	483.833.520	253.998.314
Ordinária		
Vinculada	483.833.520	253.998.314
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	483.833.520	253.998.314
600-0 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Receitas de Valores Mobiliários	170.962.732	59.634.349
Indenizações e Restituições	221.188	897.936
Multas e Juros de Mora	-	204
Receitas Correntes Diversas	147.820	5.916.458
Amortizações e Empréstimos	1.491.350	5.489.333
Contribuições IntraOrçamentárias	33.911.284	61.611.822
Outras	23.831.550	38.038.610
603-0 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - PLANO PREVIDENCIÁRIO - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
Indenizações e Restituições	17.891	-
Receitas Correntes Diversas	9.226.926	-
Amortizações e Empréstimos	4.829.505	-
Contribuições IntraOrçamentárias	84.832.437	-
Outras	57.926.644	-
604-0 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - PLANO PREVIDENCIÁRIO - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL		
Contribuições IntraOrçamentárias	966.038	-
Outras	935.117	-
Total Receitas:	483.833.520	253.998.314
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS		
Recursos Vinculados à Seguridade Social		
Outras Destinações de Recursos		
Transferências Financeiras Recebidas	2.977.100	2.871.897
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	2.977.100	2.863.954
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	-	7.943
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	7.943
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	503.680.897	608.008.751
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	16.752	57.729
Inscrição de Restos a Pagar Processados	58.694	61.802
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	75.589.722	84.555.324
Recebimentos Extraorçamentários	75.589.722	84.555.324
Outros Recebimentos Extraorçamentários	428.015.729	523.333.896
V.P.A.	417.506.718	514.556.401
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.509.011	8.777.495
Saldo do Exercício Anterior	1.976.470.180	1.914.806.390
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.866	23.906
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.976.461.314	1.914.782.483
TOTAL:	2.966.961.697	2.779.685.352

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em Reais)

DISPÊNDIOS

DISPÊNDIOS	31/12/2021	31/12/2020
Despesa Orçamentária	297.888.850	274.381.255
Ordinária	-	-
Vinculada	297.888.850	274.381.255
Recursos Destinados à Educação		
Recursos Destinados à Saúde		
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS	297.888.850	274.381.255
1 – Tesouro		
Pessoal e Encargos Sociais	3.081.059	2.672.142
Outras Despesas Correntes	-	746
Pessoal e Encargos Sociais	289.774.358	268.516.380
Outras Despesas Correntes	4.173.972	2.730.289
Investimentos	859.461	461.698
Total Despesas:	297.888.850	274.381.255
Recursos Destinados à Seguridade Social		
Outras Destinações de Recursos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Pagamentos Extraorçamentários	558.808.912	528.833.916
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.244.558	2.977.038
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	65.897	80.174
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	75.517.547	88.003.820
Pagamentos Extraorçamentários	75.517.547	88.003.820
Outros Pagamentos Extraorçamentários	481.980.910	437.772.883
Desvalorização de Investimentos	318.615.324	372.434.256
Outros Pagamentos Extraorçamentários	163.365.586	65.338.627
Saldo para o Exercício Seguinte	2.110.263.935	1.976.470.180
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.865	8.866
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.110.193.070	1.976.461.314
TOTAL:	2.966.961.697	2.779.685.352

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	312.644.500	312.644.500	477.512.665	164.868.165
Receita de Contribuições	196.405.390	196.405.390	214.242.798	17.837.408
Receita Patrimonial	15.897.830	15.897.830	170.962.732	155.064.902
Receita de Serviços	6.786.800	6.786.800	-	(6.786.800)
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	93.554.480	93.554.480	92.307.135	(1.247.345)
RECEITAS DE CAPITAL	6.794.000	6.794.000	6.320.855	(473.145)
Amortizações de Empréstimos	6.794.000	6.794.000	6.320.855	(473.145)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	319.438.500	319.438.500	483.833.520	164.395.020
Operações de Crédito / Refinanciamento	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	319.438.500	319.438.500	483.833.520	164.395.020
Déficit	2.847.200	4.029.554	-	-
TOTAL	322.285.700	323.468.054	483.833.520	164.395.020
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para créditos adicionais)		782.354	782.354	
Superávit Financeiro		782.354	782.354	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	299.074.200	300.774.200	297.029.389	297.012.637	296.953.943	3.744.811
Pessoal e Encargos Sociais	293.245.600	294.945.600	292.855.417	292.855.417	292.855.417	2.090.183
Outras Despesas Correntes	5.828.600	5.828.600	4.173.972	4.157.220	4.098.526	1.654.628
DESPESAS DE CAPITAL	390.000	1.172.354	859.461	859.461	859.461	312.893
Investimentos	390.000	1.172.354	859.461	859.461	859.461	312.893
RESERVA DO RPPS	22.821.500	21.521.500	-	-	-	21.521.500
SUBTOTAL DAS DESPESAS	322.285.700	323.468.054	297.888.850	297.872.098	297.813.404	25.579.204
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	322.285.700	323.468.054	297.888.850	297.872.098	297.813.404	25.579.204
SUPERÁVIT	-	-	185.944.670			
TOTAL	322.285.700	323.468.054	483.833.520	297.872.098	297.813.404	25.579.204

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais)

ESPECIFICAÇÃO	PAT.SOCIAL / CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS INICIAIS	-	-	-	-	-	-	159.260.901	159.260.901
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
RESGATE/REEMISSÃO DE AÇÕES E COTAS JUROS SOBRE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	(29.620.808)	(29.620.808)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO / REVERSÃO DE RESERVA	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS FINAIS	-	-	-	-	-	-	129.640.093	129.640.093

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 E 2020

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	129.520.571	59.537.252
<u>INGRESSOS</u>	820.458.326	775.648.431
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	477.512.665	248.508.981
Receita de Contribuições	214.242.798	144.021.425
Remuneração das Disponibilidades	170.962.732	59.634.349
Outras Receitas Originárias	92.307.135	44.853.207
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	342.945.661	527.139.450
<u>DESEMBOLSOS</u>	690.937.754	716.111.179
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	296.785.263	273.671.648
Administração	-	746
Previdência	294.085.512	272.784.482
Encargos Especiais	2.699.751	886.420
TRANSFERÊNCIA	290.924	284.495
Intragovernamentais	290.924	284.495
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	393.861.567	442.155.036
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4.273.183	2.126.539
<u>INGRESSOS</u>	6.320.855	5.489.333
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.320.855	5.489.333
<u>DESEMBOLSOS</u>	2.047.672	3.362.794
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.047.672	3.362.794
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
<u>INGRESSOS</u>	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
<u>DESEMBOLSOS</u>	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	133.793.755	61.663.790
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.976.470.180	1.914.806.390
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.110.263.935	1.976.470.180

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2021 E 2020
(Em Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, autarquia municipal com personalidade jurídica de direito público criada através da Lei Municipal nº 5.894/02, tem por objetivo principal prover aos servidores públicos e a seus dependentes os benefícios previdenciários garantidos pela legislação, buscando o bem-estar de seus segurados. A garantia destes benefícios é pautada pela observância do equilíbrio atuarial do sistema, no qual os investimentos tomam relevante destaque uma vez que o Instituto utiliza o plano previdenciário que capitaliza os recursos atuais dos segurados para garantir o seu pagamento futuro.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/00, portaria MPS nº 509/13, portaria STN 634/13, portaria STN 261/14 e NBCT-SP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), referindo-se ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021, nos termos da Portaria MPS nº 204/08 e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas conforme a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163 de 04/05/01 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Ministério da Previdência Social. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31/12/2021 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial correspondem a R\$ 70.864,87 o qual detalhamos a seguir:

Bancos Contas Movimentos - Posição em 31/12/2021		
Cód. do Banco	Descrição	Saldo - R\$
15	Banco Bradesco S.A - Conta Corrente - Benefícios	70.863,87
16	Banco Bradesco S.A -Conta Corrente- Diretoria Executiva	1,00
	Total	70.864,87

NOTA 5 - CRÉDITOS CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE

Em 31/12/2021 o montante de Créditos a Curto Prazo registrados no grupo Ativo Circulante é de R\$ 74.387.394,98 e os Créditos a Longo Prazo no grupo Ativo Não Circulante é de R\$ 278.821.141,77, totalizando o valor de R\$ 353.208.536,75. A seguir detalhamos a composição:

Ativo Circulante:

Créditos a Curto Prazo	R\$
- Empréstimos a Receber RPPS	8.984.847,72
- Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.108,11
- Contribuições do RPPS a Receber Patronal	23.248.432,26
- Contribuições do RPPS a Receber servidor, aposentado e pensionista	11.591.103,90
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados - Patronal	30.560.902,99
Total	74.387.394,98

- 1) O valor de R\$ 8.984.847,72 refere-se ao contrato de empréstimo contraído pela Prefeitura do Município de Jundiaí junto ao IPREJUN e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.2.4.2.07.01 - Empréstimos a Receber RPPS;
- 2) Quanto ao valor de R\$ 2.108,11 refere-se a Adiantamento de 50% do 13º Salário da competência de 2.022 por ocasião das férias de servidora do IPREJUN;

- 3) Já o valor de R\$ 23.248.432,26 refere-se a Contribuição Previdenciária Patronal da competência de 12/2021 cujo recebimento é estimado para ocorrer em janeiro/2022 e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.3.6.2.01.01 - Contribuições do RPPS a Receber Patronal;
- 4) O valor de R\$ 11.591.103,90, trata-se de Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista da competência 12/2021 cujo recebimento também é estimado para ocorrer em janeiro/2022, a contabilização ocorreu na conta contábil 1.1.3.6.2.01.02- Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista;
- 5) O montante de R\$ 30.560.902,99 se refere a Créditos Previdenciários Patronais que se encontram em regime de parcelamento e estão contabilizados na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal.

Ativo Não- Circulante:

Créditos a Longo Prazo	R\$
- Empréstimos a Receber RPPS	71.878.754,53
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados Patronal	206.942.387,24
Total	278.821.141,77

- 1) O valor de R\$ 71.878.754,53 representa parcelas do empréstimo a receber, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.2.03.03- Empréstimos a Receber RPPS;
- 2) Já o valor de R\$ 206.942.387,24 representa os créditos previdenciários do RPPS que se encontram em regime de parcelamento, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.2.06.04 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados Patronal.

Base legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:

Empréstimo – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996;

Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Lei: nº.5.573 de 21 de dezembro de 2000;

Parcelamento Contribuições Previdenciárias (Acordo 107/2018 e Acordo 108/2018) - Lei nº 8.893/17;

Débitos Cota Patronal de março/2020 a setembro/2020, autorizado pela Lei Complementar 173/2020 (Acordo 00536/2020) – Lei nº 9459/2020.

NOTA 6 - IMOBILIZADO

O saldo do Ativo Imobilizado em 31/12/2.021 é de R\$ 5.849.440,72, sendo subdividido em Bens Móveis R\$ 430.764,40 e Bens Imóveis R\$ 3.418.111,43. Os bens móveis foram submetidos à depreciação em 2021 e a depreciação acumulada dos bens é de R\$ 118.274,53 compreendendo as depreciações de 2.012 até 2.021.

Os bens móveis referem-se aos móveis, computadores e demais utensílios utilizados pelos servidores do IPREJUN no desenvolvimento das atividades administrativas. Em virtude da finalização da obra da construção da sede do IPREJUN foram adquiridos novos bens no exercício de 2.021. O valor de R\$ 5.418.676,32 de bens imóveis refere-se a sede do IPREJUN.

IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS		
Descrição	2021	2020
Saldo Conta Bens Móveis sem depreciação – Ano anterior	509.462,99	102.654,85
(+) Aquisições no ano	47.106,73	406.808,14
(-) Baixas	(7.530,79)	
Saldo do Imobilizado em 31/12 – Sem Depreciação	549.038,93	509.462,99
(-) Depreciação Acumulada	(118.274,53)	(64.373,46)
(=) Saldo de Imobilizado (bens móveis) 31/12/21	430.764,40	445.089,53

O terreno onde o edifício sede do IPREJUN foi construído ainda não é um bem de propriedade do IPREJUN. Trata-se de um bem cedido pela Prefeitura Municipal de Jundiá para uso a título gratuito pelo IPREJUN por 20 anos contados a partir de 21/11/2012 com vencimento em 20/11/2032 (datas conforme extrato do termo aditivo publicado na imprensa oficial do município de Jundiá em 05/08/2020). A doação está prevista para ocorrer no final do contrato de cessão de uso em 20/11/2032. Antes do vencimento do contrato, existe a possibilidade de renovação da cessão de uso por mais 20 anos.

Devido a não ter a propriedade do terreno, o mesmo não se encontra contabilizado em conta contábil de bens imóveis do IPREJUN, mas encontra-se devidamente contabilizado em contas de controle que não afetam o ativo: conta contábil 8.9.5.8.1.00.00 – Permissão de uso-bens recebido. O valor atualizado do terreno fornecido pela área de obras e infraestrutura da Prefeitura de Jundiá (Processo Adm. 17.221/2009) é de R\$ R\$1.835.075,20.

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

O total do Passivo Circulante é de R\$ 10.088.945,88 e está subdividido nos itens a seguir:

Passivo Circulante	R\$
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	2.127.942,17
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	64.377,96
Provisões de Curto Prazo	7.569.400,00
Demais obrigações a Curto Prazo	327.225,75
Total do Passivo Circulante	10.088.945,88

O valor de R\$ 2.127.942,17 é composto pelas seguintes contas:

2.1.1.1.1.01.03	Férias (P)	244.339,70
2.1.1.2.1.05.03	Precatórios de Benefícios Previdenciários - Regime Ordinário - a partir de 05/05/2000 - Não Vencidos	1.883.602,47
	Total	2.127.942,17

As provisões de férias e 13º salário foram realizadas mensalmente, restando ao final do exercício somente o saldo da provisão de férias de R\$ 244.339,70. Foi devidamente registrado na contabilidade a obrigação referente aos precatórios conforme Mapa de Precatórios para pagamento em 2022 emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no valor de R\$1.883.602,47.

Os subitens Provisões de Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo serão detalhados nas próximas notas explicativas 7.1 e 7.2

NOTA 7.1 – PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Foi constituída Provisão para Sentenças Judiciais que envolvem o IPREJUN no montante de R\$ 7.569.400,00 (ações classificadas como perda provável ou concretizada), baseada nos relatórios de controle da Procuradoria Jurídica do IPREJUN. Os valores encontram-se devidamente contabilizados no subitem Provisões de Curto Prazo do Balanço Patrimonial.

NOTA 7.2 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 327.225,75 estão discriminadas abaixo:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Anexo 17 da Lei nº 4.320/64: Demonstração da Dívida Flutuante

Descrição	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
DEPÓSITOS				
218810102- Contribuições ao RGPS (F)	0,13	188.095,62	188.095,75	0,00
218810103 – Encargos Sociais Outras Entidades (F)	1.487,56	14.576.671,78	14.577.940,12	219,22
218810104- Imposto de Renda Retido na Fonte (F)	2.222,24	38.611.006,96	38.613.211,41	17,79
218810108 - ISS (F)	0,00	22.163,67	21.654,58	509,09
218810110 – Pensão Alimentícia (F)	56,72	1.175.048,81	1.175.048,81	56,72
218810113 - Retenções Entidades Repres. Classes (F)	5.692,78	3.498.369,10	3.504.061,88	0,00
218810114 - Retenções Planos de Seguros (F)	6.021,64	111.709,44	111.490,58	6.240,50
218810115- Retenções – Empréstimos e Financiamentos (F)	224.991,21	15.140.192,51	15.054.829,50	310.354,22
218810499 – Outros Depósitos (F)	14.578,94	2.085.360,05	2.091.763,63	8.175,36
2188201101 – RPPS – Retenções sobre Vencimentos e Vantagens (F)	0,00	181.103,93	179.451,08	1.652,85

Descrição	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
218910300-Suprimentos de Fundos a Pagar (F)	0,00	71.652,08	71.652,08	0,00
Totais	255.051,22	75.661.373,95	75.589.199,42	327.225,75
RESTOS A PAGAR				
Não Processados	1.254.623,86	16.751,67	1.245.968,19	25.407,34
Processados	71.580,51	58.694,10	65.896,65	64.377,96
Total Restos a Pagar	1.326.204,37	75.445,77	1.311.864,84	89.785,30
TOTAL GERAL	1.581.255,59	75.736.819,72	76.901.064,26	417.011,05

O saldo de restos a pagar não-processado refere-se as despesas orçamentárias não liquidadas no valor R\$ 25.407,34 cujas fases de liquidação e pagamento deverão ocorrer no exercício seguinte.

Os valores registrados como Restos a Pagar Processados são da ordem de R\$ 64.377,96 e referem-se a contratos com diversos fornecedores que já passaram pela fase de liquidação, ficando pendente o pagamento a ocorrer em 2.022.

O valor de R\$ 327.225,75, contempla valores a serem repassados a terceiros em 2.022.

NOTA 8 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – PROVISÕES A LONGO PRAZO

O valor registrado no balanço patrimonial em 31/12/2021 a título de Provisões a Longo Prazo é R\$ 2.294.462.484,92 e refere-se a Provisão Matemática cuja composição detalhamos a seguir:

Provisões Matemáticas Previdenciárias

2021

Fundo: 1-IPREJUN

Conta	Descrição	Saldo Inicial	Debitos	Creditos	Saldo Final
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES	2.806.202.903,52 C	0,00	389.831.079,13	3.196.033.982,65 C
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOS	110.212.939,23 D	45.898.496,69	0,00	156.111.435,92 D
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENS	4.015.454,81 D	2.094.990,88	0,00	6.110.445,69 D
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDEN	76.025.302,39 D	7.252.023,55	0,00	83.277.325,94 D
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES	4.540.722.515,07 C	0,00	510.567.420,19	5.051.289.935,26 C
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	906.157.664,08 D	24.444.545,83	0,00	930.602.209,91 D
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVC	829.044.572,86 D	257.639.037,53	0,00	1.086.683.610,39 D
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDEN	478.969.657,23 D	0,00	46.365.656,30	432.604.000,93 D
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PL	2.990.942.480,81 D	363.974.545,40	0,00	3.354.917.026,21 D
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATU.	222.535.070,79 C	125.090.448,79	0,00	97.444.622,00 C

Conta	Descrição	Saldo Final
3.9.7.2.1.00.00	VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDA	946.764.155,62 D
4.9.7.1.5.00.00	REVERSÃO DE PROVISÕES - INTER OFSS - MUNICÍPIOS	826.394.088,67 C

Total Fundo:	2.174.092.417,97 C	826.394.088,67	946.764.155,62	2.294.462.484,92
--------------	--------------------	----------------	----------------	------------------

Fonte: Avaliação Atuarial de 23/03/2021 (data base:31/12/2020) – página 83.

Disponível

em:

<http://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/atuarial/1618946433.pdf>

Todos os anos o IPREJUN realiza um estudo/laudo atuarial, para saber qual o montante atualizado dos seus compromissos futuros referente a benefícios previdenciários. Este montante chama-se provisão matemática e representa os compromissos a longo prazo do IPREJUN para com seus beneficiários.

O estudo/laudo atuarial tem o objetivo de relatar aspectos relacionados à adequação da base cadastral e às bases técnicas utilizadas, bem como os resultados apurados, o plano de custeio e demais medidas necessárias ao equilíbrio do sistema, em consonância com as normas pertinentes vigentes.

Os valores contabilizados a título de provisão matemática foram obtidos no estudo/laudo atuarial realizado pela empresa Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda e conforme informação constante na página 8 do laudo atuarial: para a elaboração do referido laudo foram considerados os dados cadastrais da população abrangida e suas características financeiras e demográficas, além dos regimes e métodos financeiros, hipóteses atuariais e premissas, em consonância com às exigências legais, principalmente àquelas estabelecidas na Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS.

O Parecer Atuarial está devidamente assinado pelo Atuário inscrito no IBA (Instituto Brasileiro de Atuária): Guilherme Walter - Atuário - MIBA nº 2.091

O laudo atuarial realizado em 2021 apontou a provisão matemática no montante de R\$ 2.294.462.484,92, já em 2020 o valor foi de R\$ 2.174.092.417,97. Observa-se que de 2020 para 2021 ocorreu aumento no valor de R\$ 120.370.066,95. Conforme informado no laudo atuarial de 2021 na página 43: "Quanto ao passivo atuarial do IPREJUN, dentre outros fatores abaixo relacionados, informa-se a revisão da hipótese de crescimento da remuneração à evolução prevista no plano de cargos e salários do Município de JUNDIAÍ (SP), passando para os atuais 2,91% ao ano para o quadro geral e 3,20% ao ano para o magistério. Esta adequação acarreta, por sua vez, uma elevação dos encargos (VABF) calculados e, portanto, uma reserva matemática igualmente superior.

A seguir temos um quadro comparativo com o valor da Provisão Matemática nos últimos 03 anos.:

Provisão Matemática		
2021	2020	2019
2.294.462.484,92	2.174.092.417,97	3.150.359.444,87

O laudo atuarial realizado em 2020 apontou a provisão matemática no montante de R\$ 2.174.092.417,97. Em relação ao ano anterior, observou-se diminuição da provisão matemática em R\$ 976.267.026,90. Conforme informado no laudo atuarial de 2020 na página 66 item B: Referente à base cadastral foram realizados testes de consistência que indicaram a necessidade de adequações anteriormente à realização dos estudos técnicos. Novas versões foram disponibilizadas, visando a consistência necessária ao início dos cálculos atuariais. Entretanto, insta salientar que os resultados e conclusões apresentados são diretamente decorrentes dessas bases cadastrais, bem como eventuais modificações significativas na massa de segurados ou nas características da referida massa acarretarão alterações nos resultados de reavaliações futuras. Em se tratando de um importante pilar para avaliação atuarial, a apuração dos compromissos previdenciários é extremamente sensível às alterações decorrentes dos dados cadastrais e da dinâmica demográfica dos segurados. Já quanto ao passivo atuarial na página 66, item D: Observados os testes estatísticos de aderência das hipóteses atuariais, constantes do relatório de Análise das Hipóteses, as mesmas se encontram adequadas ao correto dimensionamento do passivo atuarial, observadas as fundamentações e justificativas constantes do Relatório de Avaliação Atuarial. Diante das informações transcritas anteriormente, verifica-se que houve a necessidade de adequação da base cadastral o que explica a variação ocorrida na provisão matemática de 2019 para 2020.

Para a emissão do Parecer Atuarial, foram considerados as seguintes informações:

1. Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados;
2. Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados;
3. Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do plano de benefícios;
4. Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados;
5. Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados;
6. Composição e características dos ativos garantidores;
7. Variação dos compromissos do plano (VABF e VACF);
8. Resultado da avaliação atuarial e situação financeira e atuarial;
9. Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial;
10. Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais;
11. Identificação dos principais riscos do plano de benefícios.

E a conclusão no Parecer Atuarial de 2.021 (página 64):

“...Por fim, procedida a avaliação atuarial, é o nosso parecer que o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (SP) – IPREJUN, data focal 31/12/2020, tem capacidade para honrar os compromissos junto aos seus segurados, se adotadas as indicações e recomendações constantes do presente parecer e do relatório de avaliação atuarial. Canoas (RS), 23/03/2021.”

NOTA 9 – RESULTADOS ACUMULADOS OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado Acumulado/Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial de 2.021 é positivo em R\$ 129.640.093,18. Este número foi obtido partindo-se dos Resultados Acumulados de Dez/2020 R\$ 159.260.901,49, adicionando-se ao resultado patrimonial negativo de R\$ -29.620.808,31, obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais do período de 01/12/2021 a 31/12/2021 - R\$ 29.620.808,31.

Descrição	2021	2020
Resultados Acumulados Ano Anterior	159.260.901,49	(988.011.293,00)
(+) Resultado Patrimonial do Exercício	(29.620.808,31)	1.147.272.194,49
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
(=) Resultados Acumulados	129.640.093,18	159.260.901,49

Comparando-se o Resultado Acumulado (PL) de 2020 R\$ 159.260.901,49 com o de 2021 R\$ 129.640.093,18 verifica-se que ocorreu a diminuição do PL no valor de R\$ 29.620.808,31. Esta diminuição justifica-se pelo aumento da Provisão Matemática de em relação ao ano anterior e pela oscilação na valorização dos investimentos devido a economia ainda estar afetada por causa da pandemia de Covid 19.

Em março de 2021, com a elaboração de novo laudo atuarial verificou-se que ocorreu a aumento no valor da Provisão Matemática e devido a isto foi realizada a devida contabilização o que fez com que o valor passasse de R\$ 2.174.092.417,97 para R\$ 2.294.462.484,92, um aumento de R\$ 120.370.066,95. Este aumento contribuiu para a diminuição do PL.

É possível observar que o ano de 2020 finalizou com resultado patrimonial do exercício positivo em R\$ 1.147.272.194,49, uma situação completamente inversa ao ano anterior cujo valor do exercício foi negativo em R\$ - 910.104.452,08. Ademais, o resultado obtido no decorrer de 2020 foi capaz de absorver resultados negativos acumulados de 2019, que também acumulava resultados acumulados negativos de 2018. Diante disto, os números demonstram que 2020 foi capaz de absorver resultados acumulados negativos de 2018 e 2019 e ainda apresentar um resultado positivo em dezembro de 2020.

NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Verificou-se a existência de Déficit apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais em Dez/2021 de R\$ 29.620.808,31. Na planilha a seguir demonstramos a composição do resultado patrimonial mês a mês:

Mês	VPA	VPD	Resultado Mensal
jan/21	83.799.378,06	85.679.899,11	(1.880.521,05)
fev/21	147.434.043,68	152.439.691,38	(5.005.647,70)
mar/21	230.087.804,71	203.924.072,82	26.163.731,89
abr/21	1.155.589.250,42	1.207.174.544,57	(51.585.294,15)

Mês	VPA	VPD	Resultado Mensal
mai/21	1.272.217.267,19	1.288.838.979,26	(16.621.712,07)
jun/21	1.405.203.687,71	1.398.351.096,47	6.852.591,24
jul/21	1.476.419.322,38	1.472.402.870,28	4.016.452,10
ago/21	1.579.391.754,90	1.578.616.090,75	775.664,15
set/21	1.646.061.543,60	1.675.742.863,46	(29.681.319,86)
out/21	1.810.235.556,71	1.855.665.107,45	(45.429.550,74)
nov/21	1.892.132.460,47	1.926.494.399,38	(34.361.938,91)
dez/21	2.000.933.657,73	2.030.554.466,04	(29.620.808,31)

O resultado patrimonial do exercício de R\$ -29.620.808,31 foi obtido pelo confronto entre os valores apurados ao longo do ano de: Variações Patrimoniais Aumentativas (V.P.A's) e Variações Patrimoniais Diminutivas (V.P.D's). As VPA's e VPD's foram contabilizadas, no âmbito patrimonial, de acordo com o regime de competência conforme definido pela NBC TSP – Estrutura Conceitual.

Esta prática atende o descrito no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 8ª edição p. 106), pois para que seja possível evidenciar o impacto no patrimônio é necessário realizar o registro da variação patrimonial diminutiva (VPD) ou aumentativa (VPA) conforme o fato gerador e de sua consequência para o patrimônio.

A seguir apontamos mês a mês o que influenciou o resultado mensal: Os meses de janeiro/2021 e fevereiro/2021 foram impactados pelo avanço dos casos de COVID 19, as preocupações com as questões fiscais e aceleração da inflação pesaram e acabaram prejudicando a maioria dos ativos na carteira do IPREJUN.

Em março/2021, os investimentos se recuperaram e fecharam o mês com variação positiva, demonstrando que a carteira de investimentos obteve valorização. Esta situação, afetou o resultado que saiu de -R\$ 5.005.647,70 obtido em fevereiro/2021 e passou a ser positivo no valor de R\$ 26.163.731,89.

No mês de abril/2021 em decorrência da apresentação do novo estudo atuarial que informou que o valor da Provisão Matemática necessitava ser maior do que a registrada no ano anterior, foi necessário aumentar as VPD's em de R\$ 120.370.066,95. Com isso, ocorreu apuração de VPD's maiores do que as VPA's, passando o resultado acumulado ser negativo em -R\$ 51.585.294,15.

Já em maio/2021, embora o resultado acumulado permaneça negativo, nota-se uma expressiva diminuição do resultado negativo (67,77% em relação a abril/2021), resultado influenciado pelo bom desempenho da carteira de investimentos do IPREJUN no mês de maio/2021.

No mês de junho/2021, o resultado acumulado conseguiu absorver o resultado negativo acumulado até maio/2021 no valor de -R\$ 16.621.712,07 e ainda fechou o primeiro semestre com resultado patrimonial positivo no valor de R\$ 6.852.591,24, graças ao bom desempenho da carteira de investimentos dentro do mês.

O resultado acumulado no mês de julho/2021 se manteve positivo, no entanto em relação ao mês anterior demonstrou uma queda em torno de 40%, e pode ser justificado devido ao aumento de vencimentos e obrigações, visto que neste mês também foi paga a parcela final da obra da nova sede e houve um aumento considerável no pagamento de benefícios, pois foi pago o reajuste à aposentados e pensionados não paritários. Além disso, a carteira de investimentos apurou um resultado negativo, abaixo da meta dos investimentos no mês.

Em agosto/2021, o resultado acumulado se manteve positivo, no entanto novamente ocorreu diminuição em relação ao mês anterior, justificado pelo desempenho negativo da rentabilidade da carteira de investimentos dentro do mês. Além disto ocorreu também o registro do mapa de precatórios a pagar em 2.022 no valor de R\$ 1.883.602,47, o que contribuiu para o aumento das VPD's acima do valor das VPA's, diminuindo o resultado do mês.

No mês de setembro/2021, a rentabilidade da carteira de investimentos foi negativa impactando fortemente o resultado patrimonial. As variações patrimoniais aumentativas (VPA's/Valorização do investimento) foram R\$ 15.460.605,81 enquanto as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's/Desvalorização do investimento) foram R\$ 53.146.824,17 de tal forma que a desvalorização somente dos investimentos foi de -R\$37.686.218,36. O resultado patrimonial de setembro/2021 ficou em -R\$ 29.681.319,86.

Já em outubro/2021, a carteira de investimentos apresentou novamente rentabilidade negativa, o que contribuiu para o resultado patrimonial negativo de -R\$ 45.429.550,74.

Em novembro/2021, ocorreu uma ligeira valorização dos investimentos, que ajudou na diminuição do resultado acumulado negativo saindo -R\$ 45.429.550,74 e passando a ser de -R\$ 34.361.938,91, permanecendo negativo.

Em dezembro/2021 o resultado acumulado foi de -R\$ 29.620.808,31, e em comparação ao mês anterior ocorreu diminuição do valor negativo denotando uma recuperação. A carteira de investimento teve desempenho positivo ajudando assim na diminuição do valor negativo, porém em virtude do fechamento anual do exercício foi solicitado para área de investimentos que avaliasse qual valor deveria ser considerado como passível de perda para a devida contabilização em Ajustes Para Perdas (conta redutora de investimentos). Conforme análise da área de investimentos foi apurado que seria prudente considerar como passível de perdas o valor R\$ 35.190.741,62.

Para que no fechamento anual de 31/12/2021 a conta contábil 1.1.4.9.1.01.11- (-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (P) tivesse saldo igual a R\$ R\$35.190.741,62, foi necessário registrar uma VPD no valor de R\$ 22.790.987,24 contribuindo assim para que os valores das VPD's fossem superiores as VPA's.

Conforme relatado acima, observamos que o que mais influenciou o resultado acumulado patrimonial foi o aumento da provisão matemática, reconhecimento do mapa de precatórios a pagar em 2.022, reajuste dos benefícios não paritários, identificação da necessidade de separar um valor maior para ajuste de perdas com investimentos do que em relação ao ano anterior (2021-R\$ 35.190.741,62 /2020- R\$ 12.399.754,38)

NOTA 11- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do IPREJUN, apresenta déficit orçamentário inicial de R\$ 2.847.200,00 devido às despesas orçamentárias serem maiores do que as receitas orçamentárias. Este valor refere-se às despesas com aposentadorias de Inativos em Carência. O valor dos inativos em carência compreende os servidores que possuem todos os requisitos para se aposentar, porém ainda não verteram contribuições previdenciárias ao IPREJUN durante 15 anos. Nestes casos, o servidor se aposenta, continua contribuindo com a sua parte e o órgão de origem com a parte patronal de 14,33%.

O valor de R\$ 2.847.200,00 é previsto no orçamento na despesa com a fonte 1 - Tesouro, específica para os empenhos das despesas de inativos em carência, cuja responsabilidade é da Prefeitura de Jundiáí. Embora não esteja previsto na receita orçamentária, o IPREJUN recebe ressarcimento financeiro da Prefeitura Municipal de Jundiáí dos valores gastos, bem como o repasse da contribuição previdenciária Patronal de 14,33% até que cada beneficiário atinja o recolhimento mínimo de 15 anos de contribuições ao IPREJUN Este ressarcimento ocorre através de "Transferências Financeiras" e não através de arrecadação de receita pelo orçamento.

Embora haja o desequilíbrio entre total da despesa orçamentária orçada e total da receita orçamentária ao olharmos apenas o balanço orçamentário do IPREJUN, não configura irregularidade conforme se encontra disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, página 413 a qual reproduzimos a seguir: "...Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa."

Diante disto informamos que, o valor de Transferências recebidas pelo IPREJUN compreende valor recebidos da Prefeitura Municipal de Jundiá (inativos em carência) R\$ 2.703.866,54, Câmara Municipal de Jundiá (inativos em carência) R\$ 121.998,01 e Faculdade de Medicina de Jundiá (inativos em carência) R\$ 151.235,65, totalizando R\$ 2.977.100,20. Este valor se encontra registrado na parte de "Ingressos" no item "Transferências Financeiras" do Balanço Financeiro.

Durante o decorrer do exercício foi identificado que seria necessário suplementar dotação da ação 7.530 IMPLANTAÇÃO DA SEDE DO IPREJUN - por superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do ano anterior e isto foi feito através de dois atos normativos: Ato Normativo nº 6 de 07/07/2021 no valor de R\$ 560.000,00 e ato Normativo nº 8 de 31/08/2021 no valor de R\$ 222.354,18, totalizando R\$ 782.354,18.

Em dezembro/2021 identificou-se que seria necessário que a Prefeitura de Jundiá suplementasse o crédito da dotação de inativos em carência (fonte 1 - Tesouro) e então em 14/12/2021 foi recebido pelo IPREJUN o crédito orçamentário no valor de R\$ 400.000,00 enviado pela Prefeitura de Jundiá.

Ao somar R\$ 400.000,00 de crédito enviado pela Prefeitura de Jundiá e mais R\$ 782.354,18 de suplementação por superávit financeiro totalizamos um aumento nos créditos das dotações mencionadas anteriormente no valor de R\$ 1.182.354,18, relativos a créditos adicionais suplementares.

No lado das Receitas, na linha do Déficit observamos que o valor na coluna dotação inicial é de R\$ 2.847.200,00 e depois na coluna Dotação Atualizada passa a ser R\$ 4.029.554,18. O valor R\$ 2.847.200,00 corresponde a diferença entre dotação inicial e Receita Prevista, já o valor R\$ 4.029.554,18 corresponde a diferença entre Dotação Atualizada e Receita atualizada. O Valor do déficit de R\$ 4.029.554,18 é composto do valor R\$ 2.847.200,00 (despesa fixada para Inativos em Carência Prefeitura da Jundiá) mais R\$ 1.182.354,18 (suplementação da dotação de inativos em carência da Prefeitura de Jundiá e mais suplementações por superávit financeiro na dotação da obra da sede do IPREJUN na ação -7.530 IMPLANTAÇÃO DA SEDE DO IPREJUN).

O superávit apresentado no Balanço Orçamentário é de R\$ 185.944.669,59 e representa a diferença entre Despesa Empenhada e Receita Realizada. Este resultado demonstra que o IPREJUN foi eficiente na execução orçamentária pois as receitas arrecadadas superaram as despesas executadas.

As despesas com a manutenção do Instituto de Previdência em funcionamento são custeadas com recursos provenientes da taxa de administração e cuja arrecadação já ocorreu em exercício anterior, com recursos específicos para esta finalidade, de modo que sua execução ocorreu normalmente durante o

exercício. O financiamento destas despesas é feito com receita já arrecadada no exercício anterior de 2020.

As despesas com o término da sede do IPREJUN, foram financiadas com recursos provenientes de sobras da taxa de administração de anos anteriores que foram sendo investidas ao longo do tempo e que foram destinadas exatamente a custear estas despesas. Logo, não se trata de despesa financiada com receitas arrecadadas no exercício corrente.

NOTA 12 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Regimes Próprios de Previdência Social na condição de órgãos públicos seguem normas técnicas e de contabilidade estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público alinhadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território brasileiro.

No que diz respeito a fiscalização, o RPPS é fiscalizado periodicamente pela Secretaria da Previdência Social (SPREV) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). No desenvolvimento de seus trabalhos a SPREV utiliza as Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto o TCE-SP utiliza demonstrativos contábeis de modelo próprio.

A Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) de 19/06/2015 diz: "...É importante destacar que as disposições da STN quanto às demonstrações financeiras, não se contrapõem e não excluem as exigências dos órgãos de controle. Deste modo, os Tribunais de Contas têm competência para exigir a publicação de demonstrativos além daqueles demandados pela STN. Assim, recomenda-se que os órgãos e entidades da Administração Pública consultem os órgãos de controle aos quais são jurisdicionados para orientá-los quanto a possíveis exigibilidades adicionais de demonstrativos contábeis e financeiros."

Isto esclarece que devido aos tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis visando a atender as necessidades específicas da SPREV e TCE-SP.



João Carlos Figueiredo
CPF: 057.546.578-62
Diretor Presidente

Cláudia George Musseli Cezar
CPF: 270.793.078-48
Diretora do Depto. Planej, Gestão e Finanças

Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento, Gestão e Orçamento
CRC nº SP-243359/O-1

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

O controle interno compreende o plano da organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas, exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incremento na eficiência operacional e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de risco, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

O Instituto de Previdência possui manuais de procedimentos organizados por departamento e disponíveis para consulta a seus colaboradores e público em geral, e estão disponíveis na internet no seguinte endereço: <http://iprejun.sp.gov.br/N/procedimentos>

2. BANCOS

Efetuamos o confronto dos saldos contábeis com os extratos bancários, bem como a análise das conciliações, com data base de 31/12/2021 e não observamos pontos relevantes a serem relatados:

2.1 BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCO	DESCRIÇÃO	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO BRADESCO	BANCO C/ MOVIMENTO RPPS (F)	70.863,87
BANCO BRADESCO	BANCO C/ MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO RPPS (F)	1,00
	TOTAL CONTÁBIL	70.864,87
	SALDO EXTRATO	70.864,87

3. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

3.1 Saldos Aplicados

A) Efetuamos a conferência dos saldos dos extratos bancários em 31/12/2021, com os valores constantes no Razão e Balanço Patrimonial, conforme planilha a seguir:

BANCO E FUNDOS DE INVESTIMENTOS	SALDO CONTÁBIL	EXTRATOS	DIFERENÇA	REF.
BANCO ITAUBANK S.A. - NTN - B	951.823.585,50	951.823.585,50	0	
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	9.871.792,24	9.871.792,24	0	
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	5.022,27	5022,26	0,01	
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	26.218.633,12	26.218.633,12	0	
BTG PACTUAL INFRA-B FUNDO INCENTIVADO DE INFRA. RF	497.161,92	497.161,92	0	
BANCO BRADESCO S.A- BRADESCO FI REFERENCIADO DI PR	6.111.980,48	6.111.980,48	0	
BANCO PACTUAL S.A.- IPCA FI RF	11.598,25	11.598,25	0	
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	28.273.206,89	28.273.206,89	0	
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	29.648.448,00	29.648.448,00	0	
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	23.324.055,00	23.324.055,00	0	
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	925.100,42	925.100,42	0	
BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	801.516,11	801.516,10	0,01	
CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	602.187,73	602.187,74	-0,01	
ITAU INSTITUCIONAIS LEGEND RF LONGO PRAZO FIC FI	71.492.229,36	71.492.229,35	0,01	
XP INFLAÇÃO FIRF LONGO PRAZO	81.950.148,77	81.950.148,77	0	
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA REF. DI	2.491.780,61	2.491.780,60	0,01	
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	25.925.260,86	25.925.260,85	0,01	
BANCO PACTUAL S.A. - BTG ABSOL INSTIT FIA	23.240.382,11	23.240.382,11	0	
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	34.888.668,19	34.888.668,19	0	

BANCO E FUNDOS DE INVESTIMENTOS	SALDO CONTÁBIL	EXTRATOS	DIFERENÇA	REF.
SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	14.254.853,33	14.254.853,33	0	
VINCI MOSAICO FIA	86.780.751,64	86.780.751,64	0	
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	40.741.498,37	40.741.498,37	0	
M.S. GLOBAL OPPORTUNITIES FIC FIA INVEST. EXTERIOR	24.835.107,81	0	24.835.107,81	1
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIM	29.287.466,76	29.287.466,76	0	
WESTERN ASSET FIA AÇÕES BDR NÍVEL I	12.667.391,85	12667391,85	0	
LEGG MASON CLEARBRIDGE US LARGE CAP GROWTH FIA IE	19.298.790,48	19298790,48	0	
SAFRA CONSUMO PB FIC DE FIA	31.029.189,96	31029189,96	0	
BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FI	34.115.825,34	34.115.825,34	0	
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FI	28.813.047,93	0	28.813.047,93	2
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTECH ADVISORY FIC FIA IE	29.136.720,14	29.136.720,14	0	
FUNDO BB AÇÕES MULTI SETORIAL QUANTITATIVO FIC F	34.502.407,97	34.502.407,97	0	
TARPON GT 30 FC FIA	39.831.475,64	39.831.475,63	0,01	
SAFRA EQUITY PORTFOLIO PB FIC AÇÕES	21.884.407,18	21884407,18	0	
BB AÇÕES SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS	32.241.953,75	32.241.953,75	0	
BRADERCO H FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES SMALL CA	11.143.601,62	11.143.601,61	0,01	
MAG GLOBAL SUSTAINABLE IE FIC FIM	40.382.771,60	40.382.771,60	0	
GENIAL MS US GROWTH FIC FIA IE	42.561.074,02	0,00	42.561.074,02	3
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	14.398.633,26	14.398.633,26	0	
SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	18.515.175,99	18515175,99	0	
ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC DE FI	17.060.970,42	17.060.970,42	0	
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FUNDO DE INVESTIMENTO MULT	16.203.756,88	16.203.756,89	-0,01	
BANCO BRADESCO S.A.- ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	635.233,98	635.233,98	0	
BANCO BRADESCO S.A.- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST E	6.560.628,67	6560628,67	0	
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	12.483.439,57	12.483.439,58	-0,01	
BRZ TERRAS BRASIL FIP	2.055.547,06	2.055.547,06	0	
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTISTRATÉGIA	6.036.242,59	6.036.242,59	0	
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FI EM PARTICIPAÇÕES MULT	34.570.270,40	34.570.270,40	0	
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FEEDER B - FI PART MULT	4.620.675,81	4.620.675,82	-0,01	
BTG INFRA DIVIDENDOS FIP IE	25.713.416,30	25.713.416,30	0	
BTG PACTUAL INVESTIMENTOS DE IMPACTO FIP - MULTIES	9.256.195,85	9.256.195,85	0	
BANCO ITAUBANK S.A.-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	7.269.000,00	7.269.000,00	0	
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	12.207.422,00	12.207.422,00	0	
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPF11	4.657.900,00	4.657.900,00	0	
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	3.564.462,43	3.564.462,43	0	
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	62.683,51	62.683,51	0	
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	22.710.321,99	22.710.321,99	0	
TOTAL	2.110.193.069,93	2.013.983.840,14	96.209.229,79	

REF. (1) e (2) e (3)

Conta	Banco E Fundos De Investimentos	Saldo Contábil	Extratos	Diferença
114111002	M.S. GLOBAL OPPORTUNITIES FIC FIA INVEST. EXTERIOR	24.835.107,81	0	24.835.107,81
114111002	AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FI	28.813.047,93	0	28.813.047,93
114111002	GENIAL MS US GROWTH FIC FIA IE	42.561.074,02	0	42.561.074,02

Os valores das aplicações acima constam com resgatadas no dia 23/12/2021, portanto o saldo contábil deveria estar zerado.

De acordo com informações da administração, os fundos resgatados no dia 23/12/2021 são fundos de investimentos no exterior que tem prazo de liquidação/cotização diferenciados. No caso, dia 23/12/2021 ocorreu a cotização do resgate, no entanto, a liquidação ocorreu apenas em 03/01/2022. Os valores estão destacados no relatório de investimentos na página 3, no total de R\$ 96.209.229,76 como resgates em liquidação,

compostos pelos seguintes fundos: GENIAL MS US GROWTH FIC FIA IE - R\$ 42.561.074,02, MS GLOBAL OPP FICFIA: R\$ 24.835.107,81, AXA WF FRAM DIG E FA: R\$ 28.813.047,93

Ainda conforme a administração, o ocorrido não é comum, especialmente em finais de ano, onde se evita resgatar recursos nessa situação. No entanto, ocorreu uma falha de comunicação com o Banco BNP, administrador desses fundos, que não considerou o dia 24/12/2021 como dia útil para fins de liquidação.

Na capa da conciliação do mês de dezembro, informamos o ocorrido, cujo lançamento foi efetivado no mês de janeiro. Assim, o IPREJUN tem por procedimento contabilizar efetivamente o resgate quando ocorre o pagamento dos recursos.

Confirmamos o resgate da aplicação no Relatório de Demonstrativo de Caixa do dia 03/01/2022

B) A composição da carteira dos investimentos dos RPPS na data base de 31/12/2021, segregada por instituição financeira, conforme relatório anual de investimentos 2021, era a seguinte:

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X INSTITUIÇÃO FINANCEIRA			
POSIÇÃO	INSTITUIÇÃO	VALOR	%
1º	TÍTULOS PÚBLICOS	951.823.585,50	47,86%
2º	BANCO DO BRASIL	139.005.186,19	6,99%
3º	ITAU	129.294.698,15	6,50%
4º	BTG PACTUAL	129.233.623,03	6,50%
5º	VINCI PARTNERS	123.656.303,16	6,22%
6º	XP INVESTIMENTOS	111.086.868,91	5,59%
7º	SAFRA	71.428.773,13	3,59%
8º	QUEST	55.212.727,62	2,78%
9º	CAIXA	53.574.690,73	2,69%
10º	WESTERN ASSET	46.364.815,59	2,33%
11º	MAG	40.382.771,60	2,03%
12º	TARPON	39.831.475,64	2,00%
13º	BNP PARIBAS	34.888.668,19	1,75%
14º	BRDESCO	17.260.604,37	0,87%
15º	SUL AMÉRICA	14.254.853,33	0,72%
16º	HEDGE	12.207.422,00	0,61%
17º	QUELUZ	6.560.628,67	0,33%
18º	GENIAL	5.293.133,98	0,27%
19º	GÁVEA	3.564.462,43	0,18%
20º	BRZ	2.055.547,06	0,10%
21º	BRL TRUST	925.100,42	0,05%
22º	FINAXIS	801.516,11	0,04%
	TOTAL	1.988.707.455,81	
	TAXA ADM SEDE	25.264.786,11	
	CONTA CORRENTE	70.864,87	
	RESGATE EM LIQUIDAÇÃO	96.209.229,76	
	TOTAL	2.110.252.336,55	
	CONTÁBIL	2.110.263.934,80	
	DIFERENÇA	(11.598,25)	

Conforme informação da contabilidade a diferença de R\$ 11.598,25 corresponde a contribuição lançada de forma indevida no Banco Pactual S.A.- IPCA F, conforme item apontado em conciliação, e já regularizado em 2022.

C) As aplicações, em 31/12/2021, estão de acordo com as normas legais (Res. 3.922), conforme demonstrado abaixo:

Divisão do Patrimônio X Resolução 3.922				
Inciso	Descrição	Valor	% Carteira	Limite Resolução - Nível IV
Art. 7º, I, a	Títulos Públicos de Emissão do TN (Selic)	951.823.585,50	47,86%	100%
Art. 7º, I, b	Fundos 100% Títulos Públicos	81.245.709,89	4,09%	
Art. 7º, I, c	Fundos de Índices Carteira 100% Títulos Públicos	-		
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	-		
Art. 7º, III, a	Fundos Referenciados em Indicadores RF	81.950.148,77	4,12%	80%
Art. 7º, III, b	Fundos de Índices (ETF) em Indicadores Títulos Públicos	-		
Art. 7º, IV, a	Fundo de Renda Fixa em Geral	88.083.212,08	4,43%	60%
Art. 7º, IV, b	Fundos de Índices (ETF) - quaisquer indicadores	-		
Art. 7º, V	Letras Imobiliárias Garantidas	-		20%
Art. 7º, VI, a	Certificado de Depósito Bancário - CDB	-		
Art. 7º, VI, b	Poupança	-		
Art. 7º, VII, a	FIDCs - Cota Senior	1.726.616,53	0,09%	25%
Art. 7º, VII, b	Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado	26.218.633,12	1,32%	
Art. 7º, VII, c	Fundos de Debentures de Infraestrutura	497.161,92	0,02%	
TOTAL RENDA FIXA		1.231.545.067,81	61,93%	
Art. 8º, I, a	Fundo de Ações - com no mínimo 50 ações	11.143.601,62	0,56%	50%
Art. 8º, I, b	ETF - (Índice com no mínimo 50 ações)	-		
Art. 8º, II, a	Fundo de Ações em Geral	414.608.315,76	20,85%	40%
Art. 8º, II, b	ETF - (Índices em geral)	-		
Art. 8º, III	FI Multimercado - Aberto (Investimento Estruturado)	66.178.536,55	3,33%	15%
Art. 8º, IV, a	FI em Participações - Fechado (Investimento Estruturado)	105.496.112,66	5,30%	
Art. 8º, IV, b	FI Imobiliários	24.134.322,00	1,21%	20%
Art. 8º, IV, c	Ações - Mercado de Acesso (Investimentos Estruturado)	-		15%
TOTAL RENDA VARIÁVEL		621.560.888,59	31,25%	
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa	-		10%
Art. 9º, II	Investimento no Exterior	122.934.107,56	6,18%	
Art. 9º, III	Ações - BDR Nível I	12.667.391,85	0,64%	
TOTAL INVESTIMENTO EXTERIOR		135.601.499,41	6,82%	10%
	TOTAL CARTEIRA	1.988.707.455,81	100,00%	

D) Aplicação Taxa de Administração/Construção Sede

Divisão do Patrimônio X Instituição Financeira				
Posição	Instituição	Valor	% Carteira	Acumulada
1º	MAG	22.710.321,99	89,89%	89,89%
2º	Bradesco	62.683,51	0,25%	90,14%
3º	Santander	2.491.780,61	9,86%	100,00%
	TOTAL	25.264.786,11	100,00%	

E) Composição das Aplicações

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$) 2021
INVESTIMENTOS RPPS	2.087.420.064,43
INVESTIMENTOS COM TAXA DE ADM (CONTABILIDADE)	22.773.005,50
CONTA CORRENTE CUSTÓDIA	70.863,87
CONTA CORRENTE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1,00
TOTAL DOS INVESTIMENTOS E CONTA CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL 2021	2.110.263.934,80
INVESTIMENTOS RPPS CONSTANTE NO RELATÓRIO CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	1.988.707.455,81
INVESTIMENTO TAXA ADMINISTRAÇÃO CONSTRUÇÃO SEDE	25.264.786,11
CONTA CORRENTE BENEFÍCIOS	70.863,87
CONTA CORRENTE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1,00
CONTA CORRENTE RESGATE EM LIQUIDAÇÃO	96.209.229,76
TOTAL DE INVESTIMENTOS (RELATÓRIO CARTEIRA DE INVESTIMENTOS)	2.110.252.336,55
DIFERENÇA ENTRE BALANÇO PATRIMONIAL X PLANILHA DE INVESTIMENTOS APÓS AJUSTES	11.598,25

Conforme informação da contabilidade a diferença de R\$ 11.598,25 corresponde a contribuição lançada de forma indevida no Banco Pactual S.A.-IPCA F, conforme item apontado em conciliação, e já regularizado em 2022.

3.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, IPREJUN, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 5.894/2002 e Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A presente Política de Investimentos foi discutida e aprovada pelo Comitê de Investimentos no dia 10/11/2020 e pelo Conselho Deliberativo do IPREJUN na 10ª reunião ordinária, que ocorreu em 26/11/2020.

O IPREJUN aderiu ao programa federal em 21/03/2018, obtendo a certificação máxima, Nível IV, em 09/05/2019. Assim, ingressou na categoria de investidor profissional, e agora pode acessar o mercado de renda variável em até 50% do seu Patrimônio Líquido, além de ver expandidos limites de adequação, além dos previstos na Resolução CVM 3.922/10 e suas alterações.

Ainda de acordo com os normativos, esta Política de Investimento estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração do IPREJUN, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano de Benefícios. As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação existente aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas nesta P.I.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN 3.922 e Portaria MPS nº 440/13 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e taxa mínima atuarial.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN no 3.922/10 e alterações, e a Portaria MPS no 519/11 e alterações, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Havendo mudanças na legislação, que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do IPREJUN.

Esta P.I. entrará em vigor em 01/01/2021. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2021.

4. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

4.1 Rentabilidade Obtida no Período (01/01/2021 a 31/12/2021)

INSTITUIÇÃO	RENTABILIDADE POSITIVA	RENTABILIDADE NEGATIVA	ANÁLISE DA PERFORMANCE
ÁTICO FLORESTAL FIP	5.192	74.449	PERDA
ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	391.091	17.472	GANHO
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FI	7.329.764	3.693.239	GANHO
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTECH ADVISORY FIC FIA IE	6.336.834	1.806.412	GANHO
AZ QUEST AÇÕES FIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	14.009.455	4.194.650	GANHO
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC DE FIA	4.949.010	16.980.812	PERDA
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIM	5.571.863	8.733.507	PERDA
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	237	0	GANHO
BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FI	8.113.284	926.012	GANHO
BB AÇÕES SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS	1.104.497	13.862.543	PERDA

INSTITUIÇÃO	RENTABILIDADE POSITIVA	RENTABILIDADE NEGATIVA	ANÁLISE DA PERFORMANCE
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	700.017	0	GANHO
BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY - INVEST. EXT	23.531.680	19.653.647	GANHO
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.655.178	137.770	GANHO
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	4.064.391	3.839.619	GANHO
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	8.206.715	14.365.835	PERDA
BRADERCO FI REF PREMIUM DI	897.794	0	GANHO
BRADERCO H FI RF CRÉDITO PRIVADO LP NILP - CONTA 1	23.238.142	27.825.010	PERDA
BRADERCO H FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES SMALL CA	399.793	4.256.191	PERDA
BRADERCO MAXI PODER PÚBLICO	160.654	0	GANHO
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII FUNDO DE FUNDOS - BPF11	1.339.000	1.477.450	PERDA
BRZ TERRAS BRASIL FIP	1.732.450	1.127.766	GANHO
BTG ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIA	5.706.519	20.561.840	PERDA
BTG INFRA DIVIDENDOS FIP IE	5.413.351	4.227.126	GANHO
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FI EM PARTICIPAÇÕES MULT	6.953.598	3.110.828	GANHO
BTG PACTUAL FII CORPORATE OFFICE FUND	1.956.051	2.996.026	PERDA
BTG PACTUAL INFRA-B FUNDO INCENTIVADO DE INFRA. RF	70.331	598.985	PERDA
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FICFIP	3.389.374	563.654	GANHO
BTG PACTUAL INVESTIMENTOS DE IMPACTO FIP - MULTIES	0	259.618	PERDA
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FUNDO DE INVESTIMENTO MULT	1.983.011	579.254	GANHO
BTGP RBC GLOBAL CREDITS FI MUL. INVEST. EXTERIOR		113.491	PERDA
C/C BRADERCO BENEFÍCIOS	341.491.029	324.627.450	GANHO
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	4.411.034	750.654	GANHO
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	1.504.680	1.415.611	GANHO
CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	1.341.303	0	GANHO
FUNDO BB AÇÕES MULTI SETORIAL QUANTITATIVO FIC F	5.647.935	8.145.527	PERDA
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	1.638.888	1.421.081	GANHO
GENIAL MS US GROWTH FIC FIA IE	12.501.556	8.940.482	GANHO
HEDGING GRIFFO TOP FOFII 2	1.712.017	3.967.526	PERDA
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	6.487.654	4.110.806	GANHO
ITÁLIA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	92.589	143.041	PERDA
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	6.591.957	10.380.467	PERDA
ITAU INSTITUCIONAIS LEGEND RF LONGO PRAZO FIC FI	1.496.240	4.011	GANHO
ITAU INSTITUCIONAL RF INFLATION 5 FIC	1.654.267	1.081.627	GANHO
ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC DE FI	158.401.766	7.751.076	GANHO
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FICFI	1.013.366	2.713.741	PERDA
LEGG MASON CLEARBRIDGE US LARGE CAP GROWTH FIA IE	4.923.000	1.223.598	GANHO
M.S. GLOBAL OPPORTUNITIES FIC FIA INVEST. EXTERIOR	9.216.220	7.053.691	GANHO
MAG GLOBAL SUSTAINABLE IE FIC FIM	9.534.467	3.151.696	GANHO
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	86.450	732.466	PERDA
MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO TAXA ADMINISTRAÇÃO	513.997	5.649.926	PERDA
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	854.466	0	GANHO
NTN-B	143.512.645	9.917.674	GANHO
RIO BRAVO JHSF FAZENDA BOA VISTA CAPITAL PROTEGIDO FII	7.018.762	3.304.968	GANHO
RURAL FIDC PREMIUM- SR		49.603	PERDA
SAFRA CONSUMO PB FIC DE FIA	7.346.437	23.605.351	PERDA
SAFRA EQUITY PORTFOLIO PB FIC AÇÕES	1.434.838	9.550.431	PERDA
SAFRA IMA INSTITUCIONAL FIC DE FI RENDA FIXA	828.081	2.298.868	PERDA
SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	5.401.299	900.789	GANHO
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA REF. DI	1.781	0	GANHO
SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	2.853.382	6.368.794	PERDA

INSTITUIÇÃO	RENTABILIDADE POSITIVA	RENTABILIDADE NEGATIVA	ANÁLISE DA PERFORMANCE
TARPON GT 30 FC FIA	5.727.773	6.896.298	PERDA
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTIESTRATÉGIA	1.958.957	96.842	GANHO
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	1.478.712	1.024.621	GANHO
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	9.593.544	5.508.405	GANHO
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FEEDER B - FI PART MULT	552.768	736.216	PERDA
VINCI MOSAICO FIA	14.771.990	27.535.916	PERDA
WESTERN ASSET FIA AÇÕES BDR NÍVEL I	3.420.780	573.451	GANHO
WESTERN ASSET IMA-B	1.388.301	5.387.485	PERDA
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RF	11.443.771	12.907.696	PERDA
WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM - INV. EXTER	1.689.978	2.068.755	PERDA
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	11.778.989		GANHO
XP INFLAÇÃO FIRF LONGO PRAZO	3.099.838	1.149.690	GANHO
XP INVESTOR 30 FIC FIA	2.171.153	855.758	GANHO
TOTAL	948.294.397	669.481.755	GANHO

Recomendamos que a administração reveja os investimentos cuja performance no período foi classificada como "PERDA", para identificar os motivos e estabelecer estratégia de investimentos que permitam obter maiores ganhos financeiros.

5. CRÉDITOS - REALIZÁVEL A CURTO E LONGO PRAZO

O valor de créditos registrados no Ativo Circulante no exercício de 2021, referentes ao Contrato de Empréstimo para Refinanciamento de dívida da Prefeitura de Município de Jundiá, contraído junto ao Instituto de Previdência do Município de Jundiá – IPREJUN, é o seguinte:

VALORES CONTABILIZADOS	2021 - R\$
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	74.385.286,87
EMPRÉSTIMOS A RECEBER - RPPS (P)	8.984.847,72
CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL (P)	23.248.432,26
CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA (P)	11.591.103,90
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL (P)	30.560.902,99
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	278.821.141,77
EMPRÉSTIMOS A RECEBER - RPPS (P)	71.878.754,53
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL (P)	206.942.387,24
TOTAL	353.206.428,64

Base Legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:

Empréstimo – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996;

Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Lei: nº.5.573 de 21 de dezembro de 2000;

Parcelamento Contribuições Previdenciárias (Acordo 107/2018 e Acordo 108/2018) - Lei nº 8.893/17;

Débitos Cota Patronal de março/2020 a setembro/2020, autorizado pela Lei Complementar 173/2020 (Acordo 00536/2020) – Lei nº 9459/2020.

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

DESCRIÇÃO	2021 (R\$)	2020 (R\$)
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	2.110.266.042,91	1.976.470.180,25
Ativo Permanente	323.925.481,07	367.962.975,20
Total do Ativo	2.434.191.523,98	2.344.433.155,45
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	417.011,05	1.581.255,59
Passivo Permanente	2.304.159.827,09	2.184.845.622,23
Total do Passivo	2.304.576.838,14	2.186.426.877,82
Saldo Patrimonial (I - II)	129.614.685,84	158.006.277,63

7. ATIVO IMOBILIZADO

Verificamos a movimentação dos bens imobilizado no exercício de 2021, e listamos as seguintes aquisições:

DESCRIÇÃO	2020 (R\$)	AQUISIÇÃO (R\$)	BAIXA (R\$)	TRANSF. (R\$)	2021 (R\$)	REF.
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO (P)	4.777,86	-	200,64	-	4.577,22	1
APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES (P)	912,00	-	-	-	912,00	
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO (P)	52.994,86	1.451,10	-	-	54.445,96	2
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS (P)	27.130,70	3.573,10	-	-	30.703,80	3
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	2.667,66	700,00	639,42	-	2.728,24	4
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (P)	68.734,64	25.320,00	-	-	94.054,64	5
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (P)	25.477,31	570,03	-	-	26.047,34	6
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO (P)	3.655,10	-	-	-	3.655,10	
MOBILIÁRIO EM GERAL (P)	313.461,96	15.492,50	6.690,73	-	322.263,73	7
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (P)	290,90	-	-	-	290,90	
OUTROS BENS MÓVEIS (P)	9.360,00	-	-	-	9.360,00	
EDIFÍCIOS (P)	-	-	-	5.418.676,32	5.418.676,32	8
OBRAS EM ANDAMENTO (P)	3.153.611,43	2.000.564,89	-	(5.154.176,32)	-	9
ESTUDOS E PROJETOS (P)	264.500,00	-	-	(264.500,00)	-	10
TOTAL DO IMOBILIZADO	3.927.574,42	2.047.671,62	7.530,79	-	5.967.715,25	
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS (P)	(64.373,46)	(53.901,07)	-	-	(118.274,53)	
TOTAL	3.863.200,96	1.993.770,55	7.530,79	-	5.849.440,72	

REF.	DESCRIÇÃO
1	LANCTO. ESTRUT.: 1352 - BAIXA DE IMOBILIZADO POR DOAÇÃO
2	LIQUIDAÇÃO Nº 001 DO EMPENHO Nº 105/2021
3	LIQUIDAÇÃO Nº 001 DO EMPENHO Nº 126/2021
4	LIQUIDAÇÃO Nº 001 DO EMPENHO Nº 162/2021/ LANCTO. ESTRUT.: 1353 - BAIXA DE IMOBILIZADO POR DOAÇÃO
5	LIQUIDAÇÃO Nº 001 DO EMPENHO Nº 451/2021 / LIQUIDAÇÃO Nº 001 DO EMPENHO Nº 453/2021
6	LIQUIDAÇÃO Nº 001 DO EMPENHO Nº 284/2021
7	LIQUIDAÇÃO Nº 001 DO EMPENHO Nº 131/2021 / 132/2021 / 130/2021 / Nº 081/2021 / 150/2021
8	RECLASSIFICAÇÃO DA OBRA EM ANDAMENTO PARA EDIFÍCIO
9	LIQUIDAÇÃO Nº 001 DO EMPENHO Nº 330/2021/ 341 / 428 E BAIXA RECLASS.DA OBRA EM ANDAMENTO PARA EDIFÍCIO
10	RECLASSIFICAÇÃO DA OBRA EM ANDAMENTO PARA EDIFÍCIO

Não encontramos divergências em relação aos valores contabilizados das aquisições acima.

Os valores conferem com o relatório analítico do ativo imobilizado na data base de 31/12/2021.

7.1. Terreno Cedido Pela Prefeitura

O terreno onde o edifício sede do IPREJUN foi construído ainda não é um bem de propriedade do IPREJUN. Trata-se de um bem cedido pela Prefeitura Municipal de Jundiaí para uso a título gratuito pelo IPREJUN por 20 anos contados a partir de 21/11/2012 com vencimento em 20/11/2032 (datas conforme extrato do termo aditivo publicado na imprensa oficial do município de Jundiaí em 05/08/2020). A doação está prevista para ocorrer no final do contrato de cessão de uso em 20/11/2032. Antes do vencimento do contrato, existe a possibilidade de renovação da cessão de uso por mais 20 anos.

Devido a não ter a propriedade do terreno, ele não se encontra contabilizado em conta contábil de bens imóveis do IPREJUN, mas encontra-se devidamente contabilizado em contas de controle que não afetam o ativo: conta contábil 8.9.5.8.1.00.00 – Permissão de uso-bens recebido. O valor atualizado do terreno fornecido pela área de obras e infraestrutura da Prefeitura de Jundiaí (Processo Adm. 17.221/2009) é de R\$ R\$ 1.835.075,20.

8. DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Revisamos os cálculos de depreciações e amortizações e observamos que os valores são calculados aplicando as taxas de depreciação constante na tabela informada pela Receita Federal. Os valores das depreciações acumuladas, conforme informado no relatório analítico, por conta contábil, foram os seguintes:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO (R\$)	DEPRECIÇÃO R\$)	LÍQUIDO (R\$)
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL (P)	322.263,73	(59.679,79)	262.583,94
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (P)	26.047,34	(4.084,98)	21.962,36
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO (P)	4.577,22	(2.080,30)	2.496,92
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (P)	91.384,64	(43.369,48)	48.015,16
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (P)	290,90	(243,41)	47,49
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO (P)	3.655,10	(2.327,16)	1.327,94
123110199	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	2.728,24	(825,65)	1.902,59
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS (P)	27.130,70	-	27.130,70
123110103	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES (P)	912,00	-	912,00
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO (P)	59.089,06	(5.663,76)	53.425,30
123119999	OUTROS BENS MÓVEIS (P)	9.360,00	-	9.360,00
123110202	#N/D	1.600,00	-	1.600,00
	TOTAL	549.038,93	(118.274,53)	430.764,40

Não identificamos no relatório analítico as depreciações das seguintes contas:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO	DEPRECIÇÃO	LÍQUIDO
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS (P)	27.130,70	-	27.130,70
123110103	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES (P)	912,00	-	912,00
123119999	OUTROS BENS MÓVEIS (P)	9.360,00	-	9.360,00
123110202	#N/D	1.600,00	-	1.600,00

As aquisições dos bens acima estão abaixo discriminadas:

AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR (R\$)	CLASSIFICAÇÃO
20/11/2020	NOBREAK 10 KVA	27.130,70	123110107
25/11/2020	APARELHO DE PRESSÃO	90,00	123110103
25/11/2020	ESTETOSCOPIO	779,00	123110103
25/11/2020	MARTELO DE REFLEXO	43,00	123110103
14/12/2020	LETREIRO-FACHADA	6.240,00	123119999
14/12/2020	LETREIRO-INTERNO	3.120,00	123119999
17/10/2021	WEBCAM	400,00	123110202
17/10/2021	WEBCAM	400,00	123110202
17/10/2021	WEBCAM	400,00	123110202
17/10/2021	WEBCAM	400,00	123110202

Recomendamos verificar os motivos que não constam os cálculos das depreciações dos bens relacionados na tabela acima, para efetuar os respectivos cálculos e conseqüentemente efetuar os ajustes na contabilidade. Não localizamos a classificação contábil da conta "123110202", que consta no relatório analítico de ativo imobilizado, porém não consta na contabilidade.

Recomendamos conciliar o relatório analítico do ativo imobilizado com o plano de contas contábil, para verificar o porquê não consta a conta mencionada acima e efetuar o respectivo ajuste contábil.

9. ESTUDOS PARA A REVISÃO ANUAL SOBRE AS TAXAS DE DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO DO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Anteriormente as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as entidades foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Fundação tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos. O seu imobilizado e Intangível soma R\$ 2,868 milhões (21,50%) do total do ativo.

O ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 requer que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício. Revisões de vidas úteis são em geral mudanças de estimativas e, dessa forma são registradas de forma prospectiva, ou seja, produzem efeitos contábeis apenas a partir da data da revisão.

A revisão não precisa ser no final ou no início do exercício, pode ser, por exemplo, em um período do ano onde esta revisão possa ser feita de maneira mais tranquila.

O mais importante é que todos os anos ela seja realizada sempre nessa mesma data. Assim, as mudanças das taxas, se aplicável, devem ser prospectivas, sem retroagir ao início do exercício.

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuariais baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada e representam os compromissos no encerramento do exercício relacionados aos benefícios concedidos e a conceder e tem como objetivo dar consistência, equilíbrio e estabelecer, de

forma suficiente e adequada, os recursos necessários para garantia dos pagamentos e dos benefícios previstos pelo plano.

Este procedimento está contemplado através do Relatório da Avaliação Atuarial, emitido em 23 de março de 2021 pela empresa LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA, com sede na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Frederico Guilherme Ludwig, nº 80 – 1406, Bloco B, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 18.934.959/0001-60, representada pelo sócio administrador Guilherme Thadeu Lorenzi Walter, Atuário MIB nº 2091 e CPF 013.410.910-40.

A Provisão Matemática de Longo Prazo constante no Balanço Patrimonial de 2020, era de R\$ 2.174.092.417,97, e com o Relatório de Avaliação Atuarial, de 23/03/2021, o valor passou para R\$ 2.294.462.484,92 em 31/12/2020, demonstrando um aumento de R\$ 120.370.066,95, nas obrigações futuras com benefícios previdenciários.

Apresentamos a seguir um resumo do Relatório de Avaliação Atuarial, emitido 23/03/2021, referente às Provisões de Longo Prazo:

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	
DESCRIÇÃO	SALDO FINAL - R\$
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	3.196.033.982,65
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	(156.111.435,92)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	(6.110.445,69)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	(83.277.325,94)
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	5.051.289.935,26
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	(930.602.209,91)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	(1.086.683.610,39)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	(432.604.000,93)
(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	(3.354.917.026,21)
AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO (P)	97.444.622,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	2.294.462.484,92

O relatório atuarial apresentou o seguinte sumário executivo “De acordo com a base de dados utilizada referente a 30/09/2020, o IPREJUN possuía à época um contingente de 10.393 segurados, distribuídos entre ativos, aposentados e pensionistas. Ademais, o Fundo em Capitalização do IPREJUN possuía como o somatório dos ativos garantidores dos compromissos destinados à cobertura dos benefícios previdenciários assegurados pelo plano de benefícios um montante de **R\$ 2.294.462.484,92**. Com o advento da Emenda

Constitucional nº 103/2019, são assegurados pelo referido RPPS os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Assim, considerados os benefícios garantidos, o plano de custeio vigente, as metodologias de cálculo, entre outras variáveis, a avaliação atuarial com data focal de 31/12/2020, apurou um superávit atuarial para o Fundo em Capitalização no valor de **R\$ 97.444.622,00**".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2021	
SALDO ANTERIOR BALANÇO PATRIMONIAL 2020	159.260.901,49
(+) Resultado Patrimonial do Exercício	(29.620.808,31)
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2021	129.640.093,18

De acordo com informações da administração, o Patrimônio Líquido de 2021, R\$ 129.640.093,18, ocorreu diminuição no valor de R\$ 29.620.808,31, em relação ao exercício anterior. Esta diminuição justifica-se pelo aumento da Provisão Matemática e pela oscilação na valorização dos investimentos, devido a economia ainda estar afetada em decorrência da pandemia de Covid 19.

12. ASSESSORES JURÍDICOS (PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS)

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da companhia é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A assessora jurídica, Samara Luna dos Santos, Procuradora Jurídica do IPREJUN OAB/310759, forneceu as devidas informações, descrita a seguir:

POSIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME RELATÓRIO JURIDICO		
SITUAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS	VALORES (R\$) 2021	VALORES (R\$) 2020
PERDA CONCRETIZADA	6.615.300,00	7.158.000,00
PERDA PROVÁVEL	954.100,00	836.800,00
PERDA REMOTA	737.000,00	745.000,00
TOTAL	8.306.400,00	8.739.800,00
VALOR ESTIMADO DA PROVISÃO	7.569.400,00	7.994.800,00
SALDO DA PROVISÃO NA CONTABILIDADE	7.569.400,00	7.994.800,00
INSUFICIÊNCIA	0	0,00

Na contabilidade do IPREJUN, em 31/12/2021, tem provisionado na conta 2.1.7.9.1.99.00 - Outras Provisões a Curto Prazo, o valor de R\$ 7.569.400,00, portanto, coincidindo com a informação dos assessores jurídicos.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas.

As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas.

As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

13. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto os pontos e assuntos mencionados neste relatório circunstanciado.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza
CTCRC1SP242826/O-3
Sócio Responsável